



Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Secretaria Municipal de Saúde

De: Secretaria Municipal de Saúde

DATA: 17/07/2024

Para: Superintendência de Licitações e Compras

A/C: Thiago Pereira de Carvalho

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 021/2024

Assunto: Resposta à impugnação apresentada pela empresa **IMX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

Senhor Pregoeiro,

Com nossas cordiais cumprimentos, presta-se o presente documento para refutar a impugnação interposta pela empresa **Imx Indústria e Comercio Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: nº 51.577.256/0001-05;

1- LEGITIMIDADE

Entende-se que a empresa é parte legítima, por interpretação da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações.

2- FORMA

2.1. O pedido da recorrente foi formalizado pelo meio previsto em Edital, com identificação da licitante subscrito por pessoa indicada como representante legal da empresa, em forma de arrazoado com identificação dos pontos e com fundamentação do pedido.

2.2. Conclui-se que, com base nos requisitos legais pertinentes, o pedido de impugnação de Edital apresentado possui legitimidade quanto à sua forma.

3 - DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A IMPUGNANTE através da análise do Edital observou que o presente certame possui itens / especificações que restringem a participação de mais empresas, impedindo a livre concorrência e conseqüentemente trazendo maior onerosidade aos cofres públicos, uma vez que haverá restrição na participação das empresas concorrentes.

Diante dos fatos, a IMPUGNANTE pede retificação/alteração/exclusão dos itens descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA referente ao equipamento **aparelho de RAI0-X**.

É a síntese.

4- DA ANÁLISE

Em se tratando de algumas questões estritamente técnicas, e visando de subsidiar a presente análise, submetemos as alegações da empresa ao Sr. Moacir Teixeira de Sousa Junior técnico da Secretaria Municipal de Saúde, para conhecimento e manifestação. Em resposta, a área se manifestou.

✓ **Corrente variável entre 20 mA a 640 mA ou maior**

Em análise alguns catálogos de equipamentos, resolvemos acatar a sugestão de alteração da impugnante onde será exigido para o pedido constante no item 01 - corrente variável entre 20 mA a 630 mA ou maior.

✓ **Deslocamento longitudinal mínimo de 90 cm**

O deslocamento longitudinal solicitado atende às necessidades dos nossos procedimentos, já que quanto maior o deslocamento menor será o esforço do técnico e conforto do paciente, como temos vários equipamentos que apresentam essa faixa de deslocamento não justifica alterar o descritivo.

✓ **Capacidade de peso suportado pela mesa de no mínimo 300 kg**

A capacidade de peso suportado exigida atende as necessidades da nossa demanda clínica, além de garantir uma melhor qualidade e resistência do equipamento, e ainda, como temos vários equipamentos que apresentam essa faixa de peso. Nesse ínterim, não merecem prosperar as alegações da Impugnante, uma

vez estabelecido pela SMSA que a descrição do objeto atende plenamente às nossas necessidades, ou seja, o peso suportado pela mesa será mantido no mínimo 300 kg.

✓ **Prazo de entrega dos equipamentos**

O prazo de entrega dos equipamentos poderá ser estendido mediante fato superveniente e devidamente justificado e aceito pelo Gestor e Fiscal do Contrato, conforme item 5.1.2 do termo de referência ... “Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior”. Sendo assim, não justifica alterar essa exigência do Termo de Referência.

5 - DA CONCLUSÃO

Posto acima, vale ressaltar que o certame licitatório observa os princípios constitucionais da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatados. Desta forma, dependendo do bem que se busca adquirir, pode a Administração exigir características que melhor atendam às suas necessidades, com base na conveniência e oportunidade, sem causar qualquer ofensa aos princípios da competitividade, da igualdade e da economicidade.

Posto o acima, entende-se pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** da presente impugnação, em razão dos argumentos lançados nesta manifestação, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei, conforme art. 55 da Lei nº. 14.133/2021.

Atenciosamente,

Soraia Barbosa Soares
Coordenadora de Compras e Contratos